

Referências

Ana Gabriela Braga
Bruna Angotti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BRAGA, A. G., and ANGOTTI, B. Referências. In: *Dar à luz na sombra: exercício da maternidade na prisão* [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2019, pp. 307-315. ISBN: 978-85-95463-41-7. <https://doi.org/10.7476/9788595463417>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

REFERÊNCIAS

- ALEJOS, M. *Babies and young children residing in prisons*. Geneva: Quaker United Nations Office, 2005.
- ALMEIDA, M. L. de O. *Vozes de dentro... de mulheres... e de muralhas: um estudo sobre jovens presidiárias em Salvador*. Salvador, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- ANDRADE, V. R. P. de. Criminologia e feminismo: da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, C. H. de (Org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999. p.105-17.
- ANGOTTI, B. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. São Paulo: Ibccrim, 2012
- ANGOTTI, B.; BRAGA, A. G. M. From hyper-maternity to hypo-maternity in women's prisons in Brazil. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.1, p.229-39, 2015.
- BACHMAN, R.; SCHUTT, R. K. *The practice of research in criminology and criminal justice*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2003.
- BARATTA, A. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. 1990. Disponível em: <<http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2012.
- _____. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, C. H. (Org.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

- BRAGA, A. G. B. Criminologia e prisão: caminhos e desafios da pesquisa empírica no campo prisional. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v.1, p.46-62, 2014.
- BRAGA, A. G. B.; FRANKLIN, N. I. C. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, São Paulo, v.11, p.523-46, jul./dez. 2015.
- _____. Quando a casa é a prisão: uma análise de decisões de prisão domiciliar de grávidas e mães após a Lei 12.403/2011. *Quaestio Iuris*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.349-75, 2016.
- BRAGA, A. G. B. et al. (Org.). *GDUCC: Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere-Comunidade: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Formulário de Inspeção: penitenciária feminina Dra. “Marina Marigo Cardoso de Oliveira” de Butantan. Brasília, 2011a.
- _____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: dados gerais mulheres presas. Brasília, 2011b. Disponível em: <www.mj.gov.br/depen>. Acesso em: 8 mar. 2014.
- _____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: relatório estatístico analítico. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2014.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). Levantamento Nacional Informações Penitenciárias. *Infopen Mulheres*. 2.ed. Brasília, 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- _____. Ministério da Justiça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão*. Brasília: Ministério da Justiça, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015. (Pensando o direito, 51).
- _____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen). *Mulheres presas – dados gerais*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015
- _____. Ministério da Justiça. Relatório de inspeção em estabelecimentos penais do Estado da Bahia. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/cnpcp>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica 23/09. Vigilância em saúde: zoonoses. Brasília, 2009.
- _____. Portaria n.8, de 21 de junho de 2004. Disciplina a permanência de crianças na Creche Madre Tereza de Calcutá do Complexo Penitenciário Talavera Bruce do Sistema DESIPE-RJ. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. Relatório da situação atual do sistema penitenciário: mulheres presa e egressa. Brasília, 2008.
- _____. Resolução CNPCP n.4, de 29 de junho de 2009. Orienta sobre a Estada, Permanência e posterior Encaminhamento das(os) Filhas(os) das Mulheres Encarceradas. Brasília, 2009.
- _____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial: reorganização e reformulação do sistema prisional feminino. Brasília, 2008.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALLEJO GALLEGO, J. Observación, entrevista y grupo de discusión: el silencio de tres prácticas de investigación. *Revista Española de Salud Pública*, Madrid, v.76, n.5, oct. 2002. Disponível em: <scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1135-57272002000500004&lng=es&nrm=isso>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- CANALES, M.; PEINADO, A. Grupos de discusión. In: DELGADO, J. M.; GUTIÉRREZ, J. (Coords.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Síntesis, 1995. p.288-316.
- CARTA DE SÃO PAULO. Mães do Cárcere: construindo caminhos para a garantia da convivência familiar de mulheres e crianças. São Paulo: Pastoral Carcerária, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ministério Público de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/CARTA-de-sp-PDF.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.
- CASTILHO, E. W. V. de. Execução da pena privativa de liberdade para mulheres: a urgência de regime especial. *Justitia*, São Paulo, n.64, p.37-45, jul./dez. 2007.
- CERNEKA, H. A. Regras de Bangkok: está na hora de fazê-las valer! *Boletim Ibccrim*, São Paulo, ano 20, n.232, p.18-19, ago. 2012.
- CONECTAS DIREITOS HUMANOS; PASTORAL CARCERÁRIA; INSTITUTO SOU DA PAZ. Penitenciárias são feitas por homens e para homens. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas_versaofinal1.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

- COOK, K. J.; WESTERVELT, S. D. Feminist research methods in theory and action: learning from death row exonerees. In: MILLER, S. (Org.). *Criminal justice research and practice: diverse voices from the field*. Boston: Northeastern Press, 2007.
- COSTA, M. A.; BARBOSA, A. da S. Mulheres encarceradas e o exercício da maternidade: discutindo o trinômio mulher, criança e rede familiar. 2010. Disponível em: <fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277859738_ARQUIVO_Trab.Oral-17junho.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- CRECHE AMADEU BARROS LEAL. Itinerário de um sonho: história da fundação da Creche Amadeu Barros Leal. Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.crecheamadeubarrosleal.org.br>>. Acesso em: out. 2014.
- D'EÇA, A. *Filhos do cárcere*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2010.
- DIAS, M. A pesquisa tem “mironga”. In: BONETTI, A.; FLEISCHER, S. (Org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.
- DINIZ, D. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. Brasília: Letras Livres, 2012.
- ECO, H. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ESPINOZA, O. *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: Ibccrim, 2004.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Trad. Paula de Siqueira Lopes. *Cadernos de Campo*, n.13, p.155-61, 2005.
- FIGUEIRA, S. de A. *O olhar inverso: as relações de poder no complexo de prisões da Rua Frei Caneca (1930-1960)*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- GOMES, M. T. U. Atenção especial às mulheres e de forma especial às encarceradas. 2011. Disponível em: <www.iddeha.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/01/Artigo-Maria-Tereza.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. Paideia: *Cadernos de Psicologia e Educação*, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.
- GUTIÉRREZ, M. H. *La urgencia (y los horizontes) de una política criminal humanista*. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v.19, n.92, p.175-215, set./out. 2011.
- ILGENFRITZ, I.; SOARES, B. M. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Mapa da Defensoria no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013

- INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *Tecer Justiça: presas e presos provisórios da cidade de São Paulo*. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.ittc.org.br/web/rel_tecer_justica_net.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- JESUS, M. G. M. et al. *Prisão Provisória e Lei de Drogas – Um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo*. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência, 2011.
- JUNKES, S. L. *Defensoria Pública e o Princípio da Justiça Social*. Curitiba: Juruá Editora, 2005.
- KALANTRY, S. Women in Prison in Argentina: Causes, Conditions, and Consequences (May 1, 2013). University of Chicago, Public Law Working Paper 439. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2291764> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2291764>>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- LEMGRUBER, J. *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- LÉTOURNEAU, J. *Ferramentas para o pesquisador iniciante*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2007.
- LOMBROSO, C.; FERRERO, G. *Criminal woman, the prostitute, and the normal woman*. Trans. Nicole Hahn Rafter and Mary Gibson. Durham: Duke University Press, 2004.
- LOPES, R. *Prisioneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo.
- MÃES DO CÁRCERE. Parte 1. Produção de *Conexão Repórter*. São Paulo: SBT, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eI0jEdet63A>>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- _____. Parte 2. Produção de *Conexão Repórter*. São Paulo: SBT, 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_j0UTQmLUg4>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Ática, 1978.
- MATTAR, L. D.; DINIZ, C. S. G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v.16, n.40, p.107-119, 2012.
- MATHIESEN, T. La política del abolicionismo. In: COEN, S. (Org.). *Abolicionismo penal*. Buenos Aires: Ediar, 1989.
- _____. O caminho do século XXI: abolição, um sonho impossível? In: PASSETTI, E.; DIAS DA SILVA, R. B. (Org.). *Conversações abolicionistas*:

- uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo: Ibccrim, 1997.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento Penitenciário Nacional. Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos. Departamento Penitenciário Nacional no estado do Paraná, 2012. Disponível em: <www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/ABRIL2012.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE LA DEFESA DE LA NACIÓN; PROCURACIÓN DE LA NACIÓN. *Mujeres en prisión: los alcances del castigo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- MOORE, H. L. Understanding sex and gender. In: INGOLD, T. (Ed.). *Companion encyclopedia of anthropology: humanity, culture and social life*. London: Routledge, 1994.
- MOURA, M. J. de. *Porta fechada, vida dilacerada – mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará*. Fortaleza, 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedades) – Universidade Estadual do Ceará.
- NIELSEN, L. B. The need for multi-method approaches in empirical legal research. In: CANE, P.; KRITZER, H. M. (Ed.). *The Oxford Handbook of Empirical Legal Research*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- NOAKS, L.; WINCUP, E. *Criminological research: understanding qualitative methods*. London: Sage, 2004.
- NÚCLEO ESPECIALIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. *Mães no cárcere: observações técnicas para a atuação profissional em espaços de convivência de mulheres e seus filhos*. São Paulo: Núcleo Especializado da Infância e Juventude, 2011.
- PADOVANI, N. C. *Perpétuas espirais: falas do poder e prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital*. Campinas, 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) 1 – Universidade Estadual de Campinas.
- PASTORAL CARCERÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pastoral Carcerária divulga nota pública sobre sistema prisional paulista. Pastoral Carcerária: estive preso e vieste me visitar. São Paulo, 12 mar. 2014. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/pastoral-carceraria-divulga-nota-publica-sobre-sistema-prisional-paulista.html>>. Acesso em: 5 abr. 2014.
- PENALVA, J. Empíria e argumentação: pesquisa e intervenção social. In: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS. *O papel da pesquisa na política legislativa*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos, 2013. (Pensando o direito, 50).

- PETCHESKY, R. P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In: BARBOSA, R. M.; PARKER, R. (Org.). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/Uerj; São Paulo: Editora 34, 1999, p.15-38.
- QUINTINO, S. A. *Creche na Prisão Feminina do Paraná: humanização da pena ou intensificação do controle social do Estado?* Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.
- REINHARZ, S. *Feminist methods in social research*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1992.
- REIS, G. A. S. dos. A importância da Defensoria Pública em um Estado Democrático e Social de Direito. *Revista Brasileira de Ciências Criminais. Revista dos Tribunais*, São Paulo, ano 16, p.253-274, maio-jun. 2008.
- REIS, G. A. S. dos; ZVEIBIL, D. G.; JUNQUEIRA, G. *Comentários à Lei da Defensoria Pública*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- RESSEL, L. B. et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Texto contexto – Enferm.* Online, 2008, v.17, n.4, p.779-786.
- ROSA, D.; TEIXEIRA, G. *Cantinho Feliz: videodocumentário sobre mães e filhos que moram na penitenciária feminina de Piraquara*. Curitiba, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo) – Faculdades Integradas do Sul do Brasil. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=BWSMKeIJS0U>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- ROSENBERG, K. E., HOWARD, J. A. Finding Feminist Sociology: A Review Essay. *Journal of Women in Culture and Society*, ano 33, n.3, 2008, p.675-96.
- SÁ E SILVA, F. C. M. *Ensino jurídico: a descoberta de novos saberes para a democratização do direito e da sociedade*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2007.
- SANTA RITA, R. P. *Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana*. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília.
- _____. *Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade humana*. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.
- SANTOS, R. C. de S. *Maternidade no cárcere: reflexões sobre o sistema penitenciário feminino*. Niterói, 2011. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense.
- SARDINHA CARNEIRO, L. G. Em busca dos direitos perdidos: ensaio sobre abolicionismos e feminismos. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v.15, n.107, p.605-630, out. 2013/jan. 2014.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1994.

- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. SAP inaugura Penitenciária Feminina em Tremembé. São Paulo, 7 maio 2011. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/common/noticias/0500-0599/not588.html>>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- _____. Estatísticas. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESOCIALIZAÇÃO. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.seap.ba.gov.br/index.php/populacao-carceraria>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- _____. Relatório Geral da Central de Vagas do Paraná. 2014. Disponível em: <www.justica.pr.gov.br>. Acesso em: jul. 2014.
- SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARÁ. Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Mulheres em Situação de Prisão do Ceará: quem são e como estão. 2011. Disponível em: <<http://arquivo.mulheressocialistas.org.br/bib/b9.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2014.
- _____. Creche Irmã Marta. Disponível em: <www.sejus.ce.gov.br/index.php/noticias/14-lista-de-noticias/719-secretaria-reinaugura-creche-irma-marta-proximo-dia-20>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Mulher, viver sem violência. 2003. Disponível em: <<http://www.mulheres.gov.br/mulher-viver-sem-violencia/>>. Acesso em: 13 dez. 2013.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dados estatísticos. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br>>. Acesso em: 26 fev. 2019.
- SIMÕES, V. F. N. *Filhos do cárcere*: limites e possibilidades de garantir direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil. Porto Alegre: Núria Fabris, 2013.
- SMART, C. La mujer del discurso jurídico. In: LARRAUI, E. *Mujeres, derecho penal y criminología*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1994.
- SMAUS, G. Abolicionismo: el punto de vista feminista. *No Hay Derecho*, Buenos Aires, n. 7, p.3-7, 1992.
- SOUZA, F. H. F.; LAFFITE, L. T. G. (Org.). *Guia metodológico*: o brincar estratégico de fortalecimento de vínculos nas unidades femininas de privação de liberdade. Fortaleza: Instituto da Infância, 2013.
- TEIXEIRA, A. Grupo de Trabalho Mulheres Encarceradas: alguns passos. *Juízes para a Democracia*, ano 6, n.30. p.6-7, out./dez. 2002.
- THE INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES WAS ESTABLISHED. *World Prison Brief*. 2011. Disponível em: <www.prisonstudies.org/country/brazil>. Acesso em: 26 fev. 2019.

- VISWESWARAN, K. Histories of feminist ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v.26, p.591-621, 1997.
- WILKINSON, S. Focus group research. In: SILVERMAN, D. (Ed.). *Qualitative research: theory, method and practice*. London: Sage, 2004.
- WILLIS, P.; MATS, T. Manifesto pela etnografia. *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, v. 27, p.211-20, 2008.
- YAGÜE OLMOS, Concepción. *Madres en prisión: historia de las cárceles de mujeres a través de su vertiente maternal*. Granada: Comares, 2007.
- ZALUAR, A. *Máquina e revolta*. São Paulo: Brasiliense, 2000.